



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

PSI

nº 193 • Agosto | Setembro | Outubro • 2018

Dia da psicóloga e do psicólogo

56 anos de profissão no Brasil

NOSSA LUTA CRIA:

Enfrentar as desigualdades e defender a democracia:

Um dever ético para a Psicologia

4

ORIENTAÇÃO

Quais procedimentos devem ser tomados quando se constata situação de abuso sexual

12

MATÉRIA ESPECIAL

Prêmio Jonathas Salathiel, sobre Psicologia e relações raciais, abre inscrições

20

SUBSEDES

A transversalidade da política de drogas e da luta antimanicomial

**ORIENTAÇÃO | ABUSO SEXUAL**

Com as recentes denúncias de violência sexual no esporte, procedimentos a serem tomados por psicólogas/os diante dessas situações são lembrados.

PERSPECTIVA DA/O USUÁRIA/O | ENSAIO DE FOTOS

Confira a exposição, no metrô Sé, das obras artísticas de usuárias/os da saúde mental que foram ganharam o Prêmio Arthur Bispo do Rosário.

MATÉRIA ESPECIAL | PRÊMIO JONATHAS SALATHIEL

Em homenagem a conselheiro que atuou na construção de uma Psicologia antirracista, prêmio sobre Psicologia e relações raciais abre as inscrições.

MUNDO MELHOR | PSICOLOGIA E POVOS DA TERRA

Vem aí o primeiro encontro da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território.

CAPA | A NOSSA LUTA CRIA

Comemorando os 56 anos da Psicologia como profissão no Brasil, Conselho lança campanha para refletir sobre o fazer psi como ação transformadora.

SUBSEDES | POLÍTICA DE DROGAS E LUTA ANTIMANICOMIAL

Na Baixada Santista e Vale do Ribeira, a luta por outra política de drogas e contra a lógica manicomial é construída com os movimentos sociais.

PSICOLOGIA E COTIDIANO | V CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA

O maior encontro da Psicologia do país espera ao menos 10 mil pessoas, em novembro, para debater direitos sociais: avanços e desafios.

AMÉRICA LATINA | ENTREVISTA COM SAYAK VALENCIA

A filósofa e teórica crítica mexicana nos conta sobre como vê a constituição de masculinidades estatais e subjetividades capitalísticas.

UM DIA NA VIDA | CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESPERANDO POR ADOÇÃO

A psicóloga Vanessa Alves nos conta aprendizados da sua trajetória profissional em Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

ESTANTE | MURAL

Estreia de bem humorado filme uruguaio que se passa nos tempos da ditadura e lançamento do primeiro livro de Ryane Leão são os destaques dessa edição.

4

8

12

14

16

20

23

24

28

30

**psi**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria**Presidenta** | Luciana Stoppa dos Santos**Vice-presidenta** | Maria Rozinetti Gonçalves**Secretária** | Suely Castaldi Ortiz da Silva**Tesoureiro** | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira**Conselheiras/os**

Aristeu Bertelli da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima

Realização**Jornalista responsável** Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)**Reportagens e Edição** Gabriela Moncau**Direção de arte** Sergio Rossi**Capa** Paulo Mota**Revisão** CRP SP**Impressão** Gráfica Personal 7**Tiragem** 107.000 exemplares**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvím, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br**Informações** | info@crpsp.org.br**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br**Administração** | admin@crpsp.org.br**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br**Site**

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |

tel. (12) 3631-1315



56 ANOS DE PROFISSÃO NO BRASIL

Somos potência. Neste 27 de agosto tivemos a honra de celebrar mais um ano da regulamentação de nossa profissão, que tem no estado de São Paulo atualmente quase 100 mil psicólogos/os.

O CRP-SP parabeniza todas/os pelos avanços que temos construído coletivamente, de uma ciência e profissão que tem por desafio e missão enfrentar as desigualdades, as violências e opressões, defendendo de maneira intransigente nossos princípios éticos.

Essa edição do JORNAL PSI vem afirmar que **NOS-SA LUTA CRIA** e constrói, proporcionando reflexões sobre os sentidos e significados objetivos e subjetivos do fazer psi nos dias de hoje.

Para isso, parafraseamos o psicólogo salvadoreño Martin-Baró, um dos principais autores da Psicologia da Libertação, assassinado pela ditadura em El Salvador: há um imperativo em examinarmos a história das/os psicólogas/os não apenas para constatar o que somos, mas o que poderíamos ter sido, e sobretudo, o que deveríamos ser frente às necessidades de nossos povos, independentemente de contarmos ou não com modelos pressupostos.

Convidamos a todas/os para um mergulho pela história de nossa profissão no país, que em muito reflète as formas de organização social e política brasileira. É preciso reconhecer que fazemos parte de um campo do conhecimento e profissão que se consolidou enquanto ciência operacionalizando-se durante muitos anos em criar construtos teóricos e metodológicos que reproduziram os interesses das elites.

Mas as/os psicólogas/os resistiram, inseriram-se em organizações e movimentos sociais, indignadas/os com as formas de sociabilidade do país, com a violência, repressão, concentração de renda, com o regime civil-militar, com o racismo, machismo e heteronormatividade, e repositaram a profissão, recriando-a!

Nossa luta cria quando promovemos saúde e qualidade de vida.

Nossa luta cria quando contribuimos para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade.

Nossa luta cria quando atuamos com responsabilidade social.

Nossa luta cria quando ampliamos o acesso da sociedade ao conhecimento e práticas psicológicas com compromisso, respeito e solidariedade.

Nossa luta cria nas formas de acolhimento e nos processos de autonomia que construímos com sujeitos e grupos.

Esse dia da/o psicóloga/o precisa ser compreendido diante da conjuntura social e política do país. Possuímos estatísticas alarmantes de desigualdade social. Vivemos o aumento do desemprego, relações de trabalho mediadas por uma nova legislação que desregulamenta os direitos trabalhistas, a retomada do modelo manicomial, uma estrutura estatal com políticas racialistas ainda do século XIX, o genocídio da juventude negra e periférica, dos povos indígenas, um racismo estrutural, institucional e interpessoal, o feminicídio e violências contra as mulheres, o dramático aumento do número de assassinatos de pessoas LGBTQ+, além do cerceamento do acesso aos direitos sociais e violência de Estado permanente contra as crianças e adolescentes.

NOSSA LUTA CRIA convida psicólogas e psicólogos a perguntarem-se sobre o que fazer, e como agir diante da conjuntura.

Confira nessa edição os desdobramentos da prática profissional de psis que são expressões da **NOSSA LUTA QUE CRIA**. Também são temas desse jornal o esporte em defesa e proteção das crianças e adolescentes; a Psicologia e a luta pela terra e a produção artística de usuárias/os de saúde mental. Além disso, reafirmamos nossa luta contra o racismo lançando o prêmio Jonathas Salathiel; abordamos as práticas da subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira e pautamos a articulação da luta com demais países latino-americanos, com contribuições desde o México sobre teoria crítica feminista.

É reconhecendo a potência da Psicologia que o CRP-SP convida todas/os para coletivamente afirmarmos o compromisso social da profissão, pois a **NOSSA LUTA CRIA!** Publique em suas redes sociais o #nossalutacria #crpsp e apresente facetas, reflexões, inspirações do seu cotidiano como psicóloga e psicólogo compartilhando como e quando #nossalutacria.

**XV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



ABUSO SEXUAL E A QUEBRA DO SILÊNCIO



Ilustrações: Sergio Rossi

Acolher,
corresponsabilizar
outras/os profissionais,
não fazer investigações
ou julgamentos e
notificar os órgãos
competentes devem
ser os procedimentos
de psicólogas/os frente
à identificação de
violência sexual

O mais recente escândalo envolvendo denúncias de abuso sexual contra o ex-treinador da seleção masculina de ginástica artística se espalhou pela imprensa brasileira. Ao menos 42 atletas vieram à público afirmar terem sido vítimas de abuso no período em que treinaram no MESC (Movimento de Expansão Católica), de São Bernardo do Campo. O caso trouxe mais uma vez à tona o tema do abuso dentro do esporte e também reflexões a respeito dos procedimentos a serem tomados por psicólogas/os que atuam na área.

“O esporte, como um fenômeno sociocultural, está presente em várias culturas, estimulando valores e comportamentos, sendo tema de discussões políticas, econômicas, religiosas, etc.”, contextualiza Luciana Ângelo, integrante do Núcleo do Esporte do CRP-SP.

A demanda frequente por performance e resultados, principalmente em esportes de alto rendimento,



pode tornar o ambiente esportivo hostil a falhas, com alta exigência pessoal e coletiva, estimulando situações de pressão e, por vezes, de opressão. “Excessos muitas vezes são vividos como estratégias de alcance dos resultados como doping, especialização precoce, desigualdade de gêneros, abusos de diferentes naturezas, entre outros”, elenca Luciana: “Esses são pontos sensíveis à atuação da/o psicóloga/o”.

Em nota pública, o CRP-SP chamou a atenção para a quantidade de casos de violência e abuso sexual conhecidos e relatados em diversas modalidades esportivas, em diferentes épocas e países. “Com maior conscientização das vítimas, os relatos de abuso de poder no contexto esportivo motivaram campanhas, inclusive com publicação do Comitê Olímpico Internacional (COI) de políticas e procedimentos a serem

adotados pelos órgãos esportivos”, apresenta a nota.

O CRP-SP, na nota, declara “preocupação com equívocos nos entendimentos sobre violência e abuso no contexto esportivo e com os prejuízos psicológicos que acompanham as vítimas, familiares e profissionais envolvidos, especialmente considerando que a maioria dos atletas inicia a carreira ainda na infância ou adolescência, período de desenvolvimento e, portanto, de maior vulnerabilidade”.

Citando o Código de Ética Profissional a nota do Conselho ressalta a necessidade, por parte da/o psicóloga/o, de “qualificação teórica, técnica e ética, que auxilia nos critérios para tomada de decisão, bem como de compromisso com as responsabilidades inerentes à sua função, independente de quem o contrata”. Em sua atuação profissional, a/o psicóloga/o deve, sustenta o documento, “permanecer atenta/o a situações de violações de direitos, buscando informações e qualificação para tomar providências que

contribuam para eliminar as práticas abusivas, que acarretam adoecimento mental e/ou emocional”.

“Ainda, a/o psicóloga/o do esporte deve questionar relações de poder que interfiram negativamente em seu exercício profissional, posicionando-se de forma crítica frente a qualquer tipo de prática abusiva, mesmo as comuns e já instituídas”. Se, ao constatar violações de direitos, for impossível promover mudanças no ambiente em que atua, a/o psicóloga/o deve avaliar a pertinência e a viabilidade de dar continuidade ao trabalho seguindo a ética profissional.

Como agir?

As reações frente a um abuso sexual são delicadas não apenas pela gravidade da violência e portanto da denúncia, mas também por uma série de questões tais como a falta de certeza, medo, vergonha, represálias e insegurança.

Há casos em que a violência é contundente e indiscutível, como numa cena flagrante. Há outros em que a/o psicóloga/o tem acesso à denúncia de algum abuso por meio de um relato. E há, ainda, abusos que são percebidos por meio de sinais e de observação.

Na cartilha “Reconstrução de vidas – como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes” feita pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, há indicadores de violência aos quais uma/um psicóloga/o deve estar atenta/o. Além dos indicadores físicos, que são os mais visíveis, tais como hematomas ou outros machucados, gestos, comportamentos inusuais e desenhos podem ser pistas valiosas de que algo não anda bem.

Mudanças extremas de comportamento, comportamentos regredidos (choro excessivo, enurese, chupar o dedo), transtornos alimentares e de sono, distúrbios de aprendizagem, agressividade ou apatia, interesse súbito e incomum por questões sexuais são alguns dos possíveis sinais listados pela cartilha da SMADS.

Marisa Markunas é psicóloga do esporte e trabalha há 20 anos com formação de atletas. Ela explica seu procedimento no caso de alguém lhe procurar para relatar sobre um abuso sexual. “A minha primeira ação é acolher o indivíduo, dizer ‘que bom que você me contou, vamos juntos achar uma saída’. São grandes as consequências de um mal encaminhamento. Então o primeiro passo é acolher”, observa Markunas. “Se o indivíduo disser que não quer que fale com nin-



“O ideal é perguntar de forma clara e objetiva, **evitando colocar palavras na boca da criança ou do adolescente ou sufocá-los com expressões de espanto**”

Luciana Ângelo

guém, você tem que dizer que é preciso sim pensar em desdobramentos”.

Diante da hipótese da existência dessa violação de direitos, cabe à/o psicóloga/o consultar seus pares profissionais. “Sem fazer alarde”, orienta Markunas, ao lembrar que dentro de uma instituição esportiva – seja em uma escola, uma ONG, um clube, um time, um núcleo socioeducativo – ninguém trabalha sozinho/o: há outros profissionais que são corresponsáveis pelo que ali acontece.

Não somos detetives, nem heróis

“A/o psicóloga/o tem que ter clareza de seu papel. O mais comum para qualquer um de nós é se assustar, se indignar. Mas não cabe no papel da/o psicóloga/o investigar ou julgar. Por isso a importância de ver a questão como uma suspeita, compartilhar com outros profissionais, abrir um pequeno grupo de entendimento da situação para pensar nos encaminhamentos. No caso de criança ou adolescente, entrar em contato também com um familiar”, comenta Markunas, que re-

sume: “Acolher. Não julgar. Não transformar a suspeita em espetáculo. Corresponsabilizar outros profissionais e família na decisão dos encaminhamentos. Ter a clareza de que a não convivência com qualquer violação de direitos não é uma opção pessoal, é uma obrigação da/o psicóloga/o. Consultar o Sistema Conselhos”.

Caso as informações colhidas e os dados observados levem à confirmação da violência ou mesmo da suspeita de um abuso contra uma criança ou um adolescente, a instituição tem a obrigação – inclusive legal – de notificar o Conselho Tutelar, que deve, por sua vez, encaminhar o caso aos órgãos competentes. No caso de violência contra adultos e crianças, é possível fazer a notificação por meio do Disque 100.

Medo, falta de conhecimento ou a crença de que essas medidas não lhe competem são fatores listados por Luciana Ângelo para explicar o fato de que muitas/os profissionais se recusam a fazer a notificação da violência aos órgãos competentes. “É fundamental compreendermos que denunciar os casos de violência é o primeiro passo para acabar com a impunidade e o silêncio que cercam esse fenômeno”, reitera Luciana. “Importante reforçar aqui o Código de Ética profissional, o ECA e as leis que estão no documento do Cenário da Infância 2018 (pags 60, 61 e 62) e o projeto de Lei 9.622 de 2018”.

Em outra cartilha, com o nome “Violência sexual contra crianças e adolescentes – identificação e enfrentamento” organizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, são elencados mitos a respeito desse tipo de violação. Entre eles, estão as ideias equivocadas de que “se não houver marcas físicas, não houve abuso”, “somente meninas são abusadas sexualmente”, “só homens abusam de crianças” e “os danos causados pela violência sofrida pela criança ou adolescente são irreversíveis”. Na realidade, muitos dos abusos são disfarçados num discurso de carinho, podendo não deixar marcas físicas. Cerca de 1/4 das vítimas de abuso sexual é menino. Mulheres também podem ser abusadoras. E a recuperação depende da “capacidade multideterminada de fatores internos e externos de recuperar-se de fatos estressantes, conseguindo reposicionar-se, reorganizando-se e fortalecendo-se”, elucida a cartilha.

Ressaltando a importância da atitude acolhedora por parte da/o psicóloga/o, Luciana Ângelo coaduna com Markunas ao frisar que a postura investigativa não deve dar o tom da conversa. Luciana destaca a

importância de não fazer interrogatórios longos: “O ideal é perguntar de forma clara e objetiva, evitando colocar palavras na boca da criança ou do adolescente ou sufocá-los com expressões de espanto, de horror ou mesmo com observações de quão terrível foi a violência”. Pessoas que sofreram abuso sexual podem experimentar sentimentos de culpa, vergonha ou censura. Daí a importância, aponta, “de não criticá-las ou culpá-las, mas sim informá-las de que foram submetidas a um ato violento e opressivo que não conseguiram impedir ou controlar e que não são responsáveis pelo que aconteceu”.

“Como cuidado especial”, observa Luciana Ângelo, “deve-se ter em mente que o quanto antes a denúncia for feita, evita-se um novo episódio de violência. O trabalho em rede é essencial para a preservação dos direitos”.

Segundo o Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o:

Princípios Fundamentais

- I. *A/O psicóloga/o baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.*
- II. *A/O psicóloga/o trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...)*
- VII. *A/O psicóloga/o considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.*

EXPOSIÇÃO DE OBRAS DE USUÁRIAS/OS DE SAÚDE MENTAL NO METRÔ SÉ

Confira os trabalhos artísticos das/os ganhadoras/res da edição de 2018 do Prêmio Arthur Bispo do Rosário

Durante todo o mês de maio quem passou pela movimentada estação de metrô da Sé, no centro de São Paulo, se deparou com uma exposição de obras de arte criadas por usuárias/os de serviços de Saúde Mental. As 25 peças divididas em cinco categorias foram as selecionadas entre as mais de 800 obras inscritas nesta edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, organizado pelo CRP-SP. O objetivo do prêmio, reafirma o Conselho, “é demonstrar que as pessoas em sofrimento psíquico podem se expressar pela arte, e que esta é a potencialidade de todo ser humano, que deve ter espaço garantido para a sua expressão”. Telas, esculturas, poesias, vídeos e fotografias foram registradas pelas lentes do fotógrafo Marco Aurélio.

Fotos: @fotografomarcoaurélio



Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP 06 tem a honra de apresentar publico as obras selecionadas do VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário.

Obras concorrentes foram criadas e produzidas por usuários de serviços de Saúde Mental do Estado de São Paulo. As obras foram avaliadas e selecionadas por profissionais experientes em cada uma das categorias.

O objetivo é demonstrar que as pessoas em sofrimento psíquico podem se expressar pela arte, e que esta é a potencialidade de todo ser humano, que deve ter acesso garantido para a sua expressão.

Mais de 800 artistas inscreveram-se no Prêmio, revelando seu talento em pinturas e instalações; Pinturas e Ilustrações; Fotografias; Literatura; e Vídeos.

Um dos autores do Prêmio é o sergipano Arthur Bispo do Rosário, diagnosticado como transtorno paranoide, que viveu por cinco décadas na Colônia Juliano Moreira, Jacarepaguá, RJ. Apesar de todo o sofrimento de viver encarcerado em um asilamento e marginalização. Mas, o silenciamento buscado por esse tipo de instituição foi irrompido por sua arte. Intelizmente, milhares de pessoas foram e são presas e caladas nos manicômios do país, sem que possam manifestar seus sentimentos e capacidades por meio da arte ou qualquer outra forma de expressão.

No início dos anos 60, Arthur Bispo trabalhou como "faz tudo" em uma clínica psiquiátrica, onde morou isolado no sótão e desenvolveu grande parte de sua produção artística. Morreu na Colônia, espaço manicomialista, que representou o aprisionamento e marginalização. Mas, o silenciamento buscado por esse tipo de instituição foi irrompido por sua arte. Intelizmente, milhares de pessoas foram e são presas e caladas nos manicômios do país, sem que possam manifestar seus sentimentos e capacidades por meio da arte ou qualquer outra forma de expressão.

O VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário simboliza para o CRP SP o compromisso real com o direito à liberdade e dignidade humanas, princípios da Luta Antimanicomial.

www.crp06.org.br



crp06



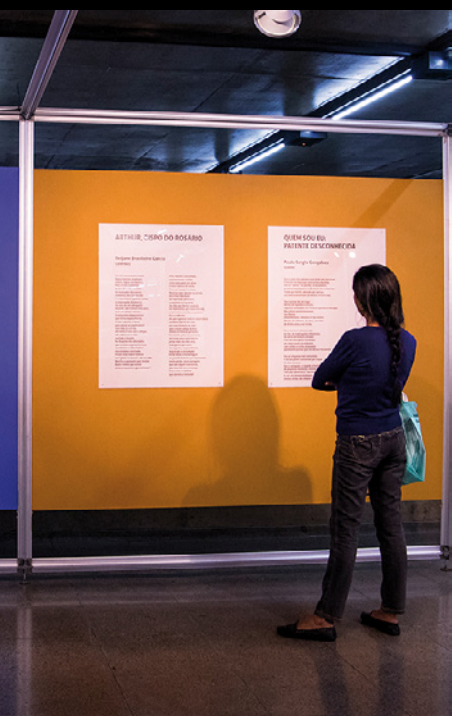
crp.sp

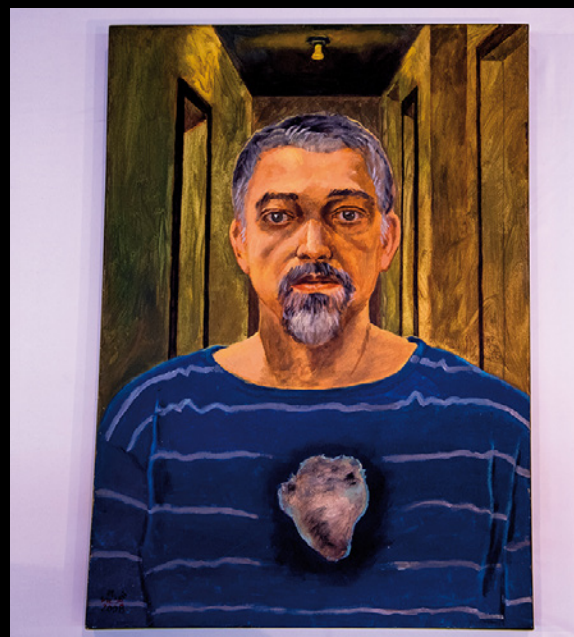
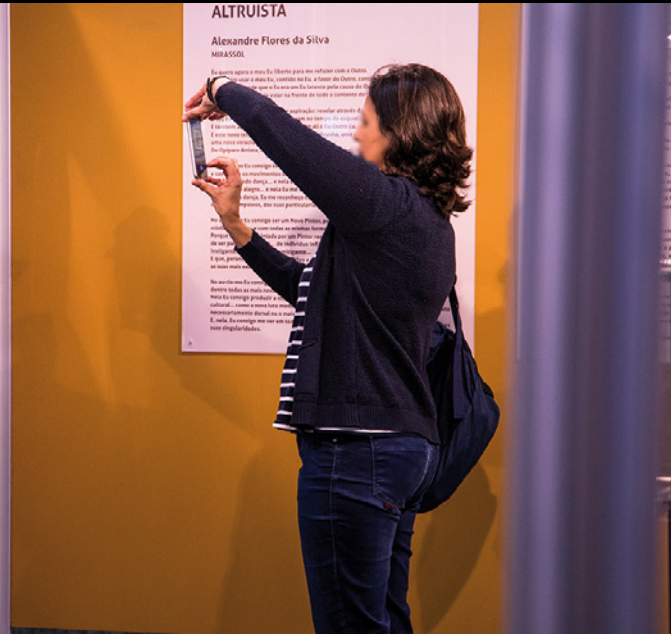
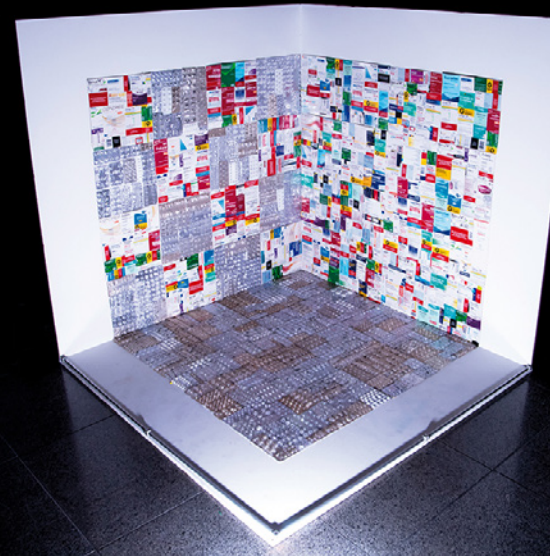


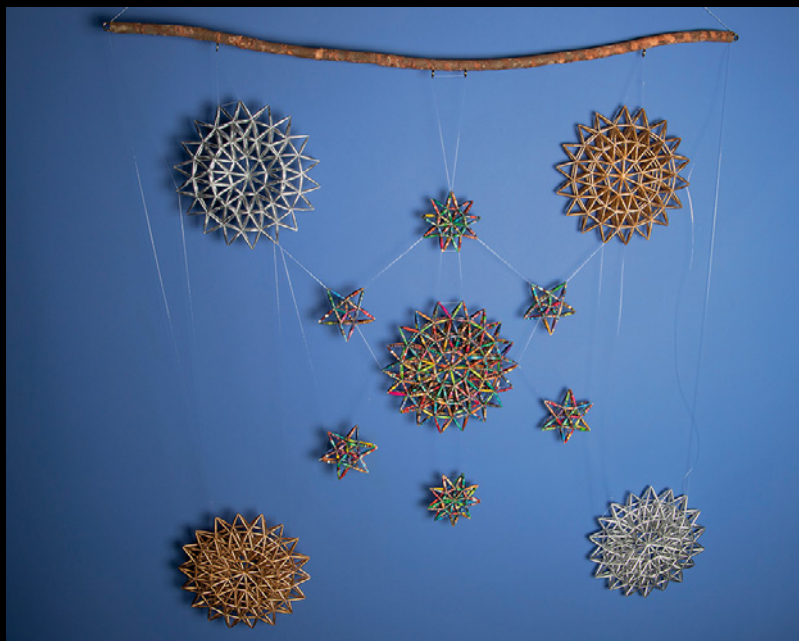
crp.sp



crpspvideos







PRÊMIO SOBRE PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS HOMENAGEIA JONATHAS SALATHIEL



Com inscrições abertas até 28 de setembro, prêmio leva o nome de conselheiro que atuou na construção de uma Psicologia antirracista

A voz de dona Edna Salathiel tremeu um pouco, mas em seguida pôs-se firme. Claro que ela aceitava conceder uma entrevista sobre seu filho. “Ele estava no melhor momento da vida profissional e pessoal quando se foi. Me negar a falar sobre ele seria não merecê-lo”, disse, com orgulho.

O psicólogo Jonathas José Salathiel da Silva foi conselheiro do CRP-SP, atuante na área da saúde pública e militante incansável contra todas as formas de discriminação racial. No período em que completam três anos desde que um câncer lhe tirou a vida precocemente, o CRP-SP anuncia o lançamento de um prêmio em sua homenagem e em continuidade aos temas aos quais Jonathas se dedicava.

Profissionais, estudantes, artistas e grupos difusores da cultura negra estão convidadas/os a participar do Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e

Relações Raciais. A finalidade é estimular a produção de artigos na área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens (fotografia, imagens, poesias, músicas, etc.) a respeito da violência causada pelo racismo e dar visibilidade para dar visibilidade para a produção em saúde mental e relações raciais. As inscrições vão até 28 de setembro e o evento de premiação será em novembro, mês da consciência negra.

“Jonathas sempre foi muito amigo de todo mundo, se comovia quando podia ajudar alguém”, descreve dona Edna, ao contar que na infância, “introspectivo” e “emocional”, Jonathas teve contato com uma psicóloga. “Acredito que foi aí que deve ter começado o interesse dele por Psicologia”, relata. O interesse pelas questões raciais? “Desde o início, desde sempre”, constata dona Edna, lembrando que, em relação aos dreads na cabeça e os preconceitos que já sofreu, dizia “quem vai trabalhar sou eu, não o meu cabelo”. Dona Edna respira fundo: “Ele tinha também admiração pela minha luta, que era nossa”.

“Para mim, Jonathas foi um homem negro numa sociedade racista. Um trabalhador da política de

saúde mental, um artista, calmo, doce, militante e muito intenso nas colocações”, descreve a psicóloga Cinthia Vilas Boas. “Nos fez reconhecer a centralidade da questão racial em um projeto comprometido com uma sociedade melhor e trouxe isso para dentro do Sistema Conselhos”, observa.

Entre as ações propostas por Salathiel estão o lançamento de documentos norteadores sobre os efeitos sociais do racismo, bem como a criação de um grupo interno do CRP-SP para pensar as questões raciais, grupo que hoje se organiza como o Núcleo de Relações Étnico-raciais, do qual Cinthia faz parte. Jonathas foi idealizador e criador do caderno temático nº 14 “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”. Em nota, o CRP-SP narra que Salathiel “denunciou, por meio de suas ações, o modo como o Estado se torna o maior violador dos direitos humanos”.

Márcio Farias conheceu Jonathas em um evento no Instituto Sedes Sapientiae sobre racismo e subjetividade. Os dois psicólogos estavam na plateia. Se encontraram novamente em uma formação promovida pelo movimento negro em que Farias era um dos facilitadores. Desde então, se tornaram amigos.

“Estivemos juntos no movimento negro, em grupos de estudo, até a chegada dele ao CRP-SP. A indicação dele ao Conselho foi do movimento negro”, conta Márcio Farias. “Ele soube traduzir as demandas do movimento para o contexto dessa entidade de classe, contribuindo para pensar como a categoria pode e deve se implicar no combate ao racismo”.

A urgência de uma Psicologia antirracista

Ao saber sobre o prêmio em homenagem ao seu filho, dona Edna afirma sentir tristeza e, ao mesmo tempo, uma alegria muito grande. “Ele não está aqui mas é motivo de grande orgulho”, destaca. Para ela, é importante que o nome e a história dele sejam sem-

pre falados. “E é o que está acontecendo com esse prêmio, com essa homenagem maravilhosa”.

A Psicologia brasileira atualmente tem uma variedade de trabalhos sobre o racismo e as relações raciais como um fenômeno estrutural da sociedade. No entanto, Cinthia Vilas Boas acredita que falta, principalmente no que diz respeito aos cursos de formação, “maior compreensão e engajamento na temática, bem como a produção de respostas adequadas para a eliminação do racismo e seus violentos efeitos”. Na visão de Vilas Boas, é necessário pensar em mais ações que cuidem dos impactos emocionais do racismo. “Vivemos num contexto político de perdas de direitos. O que nos faz pensar: enquanto negros, quando tivemos direitos garantidos pelas políticas sociais?”, questiona.

Para Márcio, “já não cabe mais à Psicologia escolher debater ou não o racismo: é um fenômeno social que acompanha as mais variadas esferas da sociedade brasileira”. Uma Psicologia que se propõe a ter uma atuação crítica, não perpetuando desigualdades e pelo contrário, pensando em vias de superar as desigualdades, precisa entender o racismo, defende. “A desigualdade social no Brasil é uma desigualdade racial”, enfatiza: “Ou a Psicologia se posiciona no enfrentamento ao racismo, ou será uma Psicologia conivente com a produção dessa disparidade social”.



Para uma reflexão aprofundada, confira a Resolução CFP Nº 018/2002 que estabelece normas de atuação para psicólogos/os em relação a preconceito e discriminação racial: <http://goo.gl/xvoG8h>

Aproveite também para assistir ao documentário “História da Psicologia e as Relações Étnico-Raciais”, que pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=SkwoB7dlc8Q>

PRIMEIRO ENCONTRO PSICOLOGIA E POVOS DA TERRA SERÁ EM SÃO PAULO

O DIÁLOGO E A CONSTRUÇÃO POLÍTICA ENTRE A
PSICOLOGIA E O CONJUNTO DE POVOS TRADICIONAIS
E EM LUTA POR TERRITÓRIO ACONTECE ENTRE
7 E 9 DE SETEMBRO

Em setembro acontece o I Encontro da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território. Entre os dias 7 e 9, a Escola Nacional Florestan Fernandes – em Guararema (SP) – receberá psicólogas/os, pesquisadores, estudantes e ativistas para pensar a atuação com os temas que envolvem a Psicologia e a luta pela terra no Brasil.

A boliviana aymará Julieta Paredes, impulsoradora do chamado feminismo comunitário, é uma das convidadas confirmadas. Artista e militante da Assembleia Feminista Comunitária de La Paz e da organização Mujeres Creando Comunidad, Paredes luta pela descolonização e despatriarcalização do Estado Boliviano.

Paredes não é a única convidada internacional. A imersão convocada pela Rede Psicologia e Povos da Terra (como foi apelidada) também contará com a presença do psicólogo costarriquenho Ignacio Dobles. Um dos principais nomes da Psicologia da Libertação construída junto com Martín-Baró, Dobles aborda o

tema da violência política nos processos de constituição da América Latina. Autor do livro “Memorias del dolor”, Ignacio atualmente leciona na Universidade da Costa Rica e coordena projetos em conjunto com movimentos sociais.

“Definimos três linhas de atuação para o encontro”, explica o psicólogo Bruno Simões, um dos idealizadores da Rede e coordenador do Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais do CRP-SP. “A primeira é o diálogo dos saberes, as cosmovisões distintas, os conhecimentos tradicionais em diálogo com a Psicologia. A segunda é a luta por direitos, os diferentes aspectos das demandas dessas populações. E a terceira é a descolonização da Psicologia, a construção de uma Psicologia dos povos latino-americanos”, descreve.

A Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra

“O trabalho da Psicologia em conjunto com essas populações é ainda relativamente recente”, apresenta o texto convocatório para o encontro: “Nesse

período, se tornou evidente como a Psicologia precisa se reinventar para atuar de forma engajada nesses campos”.

Iclícia Viana, psicóloga de Santa Catarina, trabalha com a questão indígena e se relaciona especialmente com o Povo Laklano/Xokleng e com aqueles deste povo que vivem no contexto universitário. “A educação superior é hoje um campo de luta para os povos indígenas. Se por um lado este espaço é reivindicado como acesso necessário para uma formação que abre caminhos para o enfrentamento político, por outro lado, é um espaço que reproduz as lógicas coloniais em sua forma e conteúdo”, constata. Assim, observa Viana, a presença indígena nesses contextos “reinventa possibilidades e coexiste com os limites”.

Iclícia é uma das/os psicólogas/os que atuam com tais povos e que frequentemente se encontram em diferentes eventos que acontecem pelo país. “Nos encontrávamos por este Brasil e fomos percebendo o interesse em coletivizar experiências diferentes em Psicologia, rompendo com lógicas colonizadoras”, relata. No intuito de fomentar essa reflexão, em breve o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) divulgará pesquisa que está sistematizando sobre as práticas psi nessa área. Práticas essas que, segundo Iclícia, passaram a ser vistas pelas/os psicólogas/os que nela atuam também como “a construção de outras Psicologias em nosso país e na América Latina. Afinal, como que a relação com tais povos tem transformado nossa práxis?”.

Com essas questões em mente que, em uma reunião em novembro do ano passado, psicólogas/os de diferentes partes do país resolveram criar a Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território. “Foi também nessa reunião que tiramos o indicativo de realizar esse primeiro encontro”, relata Bruno Simões.

“O que se espera com a Rede é justamente construir uma relação permanente e um processo contínuo de intercâmbio de experiências junto a estes diferentes povos”, resume o psicólogo Paulo Maldos, quem iniciou o debate sobre Psicologia e os povos do campo no âmbito do Conselho Federal de Psicologia.

Com experiência de atuação com educação popular, direitos humanos, povos indígenas e quilombolas, Maldos, com satisfação, observa forte protagonismo destes povos e comunidades em defesa de seus territórios e culturas. No entanto, vê com preocupação “que todos estão muito ameaçados em seus di-

reitos fundamentais e no futuro das suas próximas gerações”.

Uma das perspectivas da Rede é também caminhar para um sentido que não especialize ou divida disciplinarmente a questão indígena, a questão sem terra, a questão quilombola, etc. “Temos pensado numa visão de unidade na heterogeneidade. Uma maneira de entender as diferenças de povos, histórias, costumes e culturas e também de buscar os núcleos comuns. E pensar como a Psicologia se coloca nisso”, expõe Simões.

“Apesar das diferenças entre os povos subalternizados historicamente pelo processo colonial na América Latina, a luta pela terra é algo que vemos em comum”, nota Iclícia Viana, ao lembrar que no nosso sistema econômico, terra é dinheiro. “Infelizmente, no Brasil o agronegócio é que importa. Não é a toa que a rede Globo faz campanha diária dizendo ‘agro é pop, agro é tech, agro é tudo’. Estes discursos se confrontam mas com um congresso nacional que em sua maioria é regido por donos de terras, a luta é desigual. É uma verdadeira guerra”, caracteriza Viana.

Outra Psicologia

Na programação do encontro, a última mesa se chama “Rumo à construção de outra Psicologia”. A que tipo de Psicologia ela se diferencia? Viana lembra que a Psicologia no Brasil fez parte de um processo de favorecimento das elites brancas. “Com a militância desde os anos 1970 e 1980, vemos o comprometimento maior da Psicologia brasileira com as questões de seu povo” narra.

Na visão de Maldos, o tema da mesa se refere à construção de uma Psicologia que transcenda aquela “produzida no âmbito da sociedade e cultura europeia e norte-americana e que se resume à sua mera reprodução em nosso país”. A Psicologia que se busca, para ele, “é ciência e profissão comprometidas com nossa história, nossos povos, nossas culturas, nossas territorialidades, nossas identidades, e orientadas para enfrentar os desafios da construção de uma sociedade e de um Estado baseados na concepção do bem viver dos povos originários de nosso continente latino-americano”.

* Para saber mais sobre o primeiro I ERA, acesse: <https://redearticulacao.wordpress.com>

NOSSA LUTA CRIIA



Campanha lançada pelo CRP-SP no dia da/o psicóloga/o convida todas/os profissionais a compartilhar como o seu fazer psi contribui para uma sociedade igualitária

No marco dos 56 anos da Psicologia como profissão no Brasil, o CRP-SP lança campanha para pensar como o fazer psi tem a potência de alimentar a construção de um mundo mais justo e igualitário do que esse que nos é imposto. “Nossa luta cria – Enfrentar as desigualdades e defender a democracia: um dever ético para a Psicologia” é o nome da campanha tornada pública no dia da/o psicóloga/o. O 27 de agosto é comemorado em momento em que no estado de São Paulo o número de profissionais já se aproxima de 100 mil.

Desde que, em 27 de agosto de 1962, o então presidente João Goulart sancionou a Lei 4.119 regulamentando a Psicologia, essa ciência e profissão tem na sua trajetória o reflexo da história do

Brasil. Se durante muito tempo a Psicologia operacionalizou construtos teóricos e práticos a serviço dos interesses da elite e como meio de manutenção das desigualdades sociais, a história muda a partir dos anos 1970. Em plena ditadura militar, psicólogas/os reposicionaram a profissão com o surgimento das práticas da Psicologia Social Comunitária e o entendimento da necessidade de uma Psicologia comprometida com as liberdades democráticas e as condições de vida do povo brasileiro.

Passados 56 anos de regulamentação da Psicologia, o contexto político brasileiro é controverso. A retomada do modelo



50 ANOS DE PROFISSÃO NO BRASIL

manicomial, o genocídio da juventude negra e periférica, o cerceamento de direitos sociais, a violência contra as mulheres e o racismo estrutural são alguns aspectos levantados pelo CRP-SP na divulgação da nova campanha. Ao mesmo tempo (e por isso mesmo), psicólogas/os resistem, produzem e criam processos emancipatórios, reflexivos e organizativos enfrentando as desigualdades como um princípio ético e político da profissão.

A psicóloga e psicanalista Anastácia David nasceu em Fortaleza e vive em São Paulo. Nos últimos anos tem se dedicado à clínica social, ofere-

cendo parte de sua agenda à tentativa “de quebrar o paradigma de que a clínica psicológica é para uma elite” – daí sua parceria com o Instituto AMMA Pique e Negritude. Anastácia também atende em seu consultório, no Hospital 9 de julho e é colunista do site de Psicanálise www.escutatorio.com. Desde 2016, ela participa do coletivo Roda Terapêutica das Pretas. “Somos psicólogas negras com a função de fazer chegar o trabalho ético-clínico-político de saúde mental a outras mulheres negras, que moram na periferia da cidade de São Paulo”, explica.

A respeito dos sofrimentos, Anastácia chama a atenção para a importância de diferenciá-los. Um tipo é aquele inerente à experiência humana. “Esse sofrimento de saber-se finito, de ter um corpo perecível, de não ter resposta única para a origem, a

sexualidade”, exemplifica. Outras formas de sofrimento estão relacionadas às construções sociais. “A sociedade é capaz de gerar intenso sofrimento psíquico em seus integrantes quando não consegue permitir a existência da diversidade da experiência humana”, descreve Anastácia.

Franklin Felix é um psicólogo que se apresenta como gay e militante contra a intolerância religiosa. Assim como Anastácia, sua atuação na Psicologia enfrenta essa perspectiva que não permite a diversidade. Os mais perseguidos pelos preceitos de uma sociedade caracterizada por Franklin como “hetero-cis-normativa, branca e cristã”, são, em sua visão, “os adeptos das religiões de matriz africana, as travestis, mulheres transexuais e homens trans, e as juventudes negras e periféricas”.

Em sua militância, comunidade de fé e vivência ecumênica, Franklin atrela duas áreas historicamente importantes para a Psicologia brasileira. “A primeira diz respeito ao combate a toda forma de preconceito e discriminação motivados por ódio contra a população LGBT. E a segunda diz respeito ao fortalecimento da laicidade do Estado, a partir do olhar plural das/os religiosas/os”, expõe.

O Código de Ética Profissional, as Resoluções 1/1999 (que estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação a orientações sexuais), 1/2018 (que orienta profissionais de modo que as travestidades e transexualidades não sejam consideradas patologias) e posicionamentos do Sistema Conselhos são balizas para os temas abordados por Franklin. “Tenho contribuído nos espaços que atuo, na formação e educação sobre direitos humanos e na orientação profissional de outras/os psicólogas/os religiosas/os”, relata.

“Para mim, laicidade não implica alegar que as pessoas devam ser desprovidas de espiritualidade e da prática religiosa”, se posiciona Felix: “Mas que a sua religião – e profissão, no caso, nós psicólogas/os – não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão”.

“A sociedade brasileira tem suas feridas e traumas coletivos historicamente construídos. As faces

da corrupção e das polarizações e extremismos nos alertam à necessidade de espaços reflexivos e interativos onde possamos rever as bases de nossa convivência e os valores que norteiam este conviver”. A fala é de Ana Navarro, que atua com psicoterapia para jovens e adultos, além de ser educadora em programas de cultura de paz e cooperação com metodologias que incentivem valores cooperativos, diálogo e articulação de grupos.

Navarro, enquanto psicóloga clínica, também participa do Núcleo de Estudos Jungianos da PUC-SP e atua em uma organização chamada Palas Athena. Seu trabalho é também uma atuação política, na sua opinião, “na medida em que potencializa diálogos e alimenta atividades colaborativas onde pessoas de diferentes contextos e gerações experimentam valores de cooperação e estratégias não violentas como bases de convivência”.

“A lógica da competitividade e a não percepção da interconectividade tem gerado estados individuais e coletivos

de adoecimento e fragmentação”, constata Navarro, para quem isso insufla “a cultura da violência e potencializa valores distorcidos que sustentam todo tipo de ideologia discriminatória, preconceituosa e resoluções violentas a conflitos inerentes à vida e à convivência”. É contra isso que se volta seu fazer psi.

A competitividade foi algo que permeou, por anos, o ambiente de trabalho de Winnie Santos. Psicóloga com formação no Mackenzie, pós-graduação em Nova Iorque e especialização na FGV, Winnie trabalhou com Recursos Humanos em recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de funcionárias/os.

“Dentro do ambiente corporativo o sofrimento é produzido todos os dias. O sistema capitalista que se sustenta a partir da exploração do trabalhador já se caracteriza como um agente causador do sofrimento”, avalia Santos. “Na atual conjuntura, com crises econômicas, diminuição de postos de trabalho, o sofrimento é ainda maior, pois há uma grande pressão para que as/os funcionárias/os produzam mais, uma vez que parte da força de trabalho está sendo

“Nós psicólogas/
os funcionamos,
sobretudo, como
asseguradores por
meio da nossa escuta,
da possibilidade de criar
que é do outro”.

Anastácia David

dispensada”, conta, lembrando também do medo da demissão e da contratação de mão de obra qualificada por salários irrisórios.

A dificuldade de atuar enquanto psicóloga dentro da empresa, com vistas à qualidade de vida das/os funcionárias/os, ao mesmo tempo em que o objetivo principal da empresa é gerar lucro, fez com que Winnie se sentisse limitada. Depois de sete anos de atuação na área, ela deixou o trabalho para se dedicar à pesquisa.

“Hoje sou mestranda no Núcleo de Trabalho e Ação Social da Psicologia Social da PUC-SP. Fiz dessa a minha luta”, informa Winnie. “Creio que a partir da pesquisa posso pensar em reais estratégias de desenvolvimento, processos emancipatórios, reflexivos e organizativos na defesa da igualdade e da democracia”.

A ação psi como criadora de outro mundo

Anastácia se recorda das escutas que fez no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quando atendia pacientes com questões relacionadas a lugares de exclusão social. “A ideia é oferecer escuta e sustentar a presença diante daquele ser com sua dor, oferecer ali um lugar onde o sujeito possa falar livremente sobre o que o afeta; um lugar de potência de criação, um lugar de enunciação”, descreve, lembrando que até mesmo o silêncio pode ser escutado. “Nós psicólogas/os funcionamos, sobretudo, como asseguradores por meio

da nossa escuta, da possibilidade de criar que é do outro”, aponta Anastácia. “E precisamos ser criativos para isso!”

Para Franklin Felix, é preciso ocupar e incidir em espaços que são hostis, disputar narrativas, criar espaços de acolhida e formas de (r)existência. “Afinal, quem está nas trincheiras também precisa de cuidado, físico e mental, para poder continuar criando. Não podemos, e a Psicologia tem um papel fundamental nisso, agir sob a mesma lógica daqueles que combatemos”, ressalta. Com isso em mente, Franklin apresenta um programa de rádio sobre religião e direitos humanos, escreve para a Carta Capital e também faz parte de grupos de militância religiosa e LGBTI+.

A luta tem de ser firme, honesta, propositiva e, ao mesmo tempo, com disposição para o diálogo, a abertura e o respeito, reforça Franklin. “O que quero dizer é que há aqueles em cima do muro e temos uma tarefa pedagógica de ajudar na sua emancipação. Agindo assim, estabeleceremos uma sociedade mais justa e diversa”, demonstra. Franklin termina a entrevista, então, citando o educador Paulo Freire, um de seus inspiradores: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”

#NOSSALUTACRIA

Enfrentar as desigualdades e defender a democracia: um dever ético para a Psicologia

O que é para você fazer Psicologia nos dias de hoje? Como que a sua luta cria?

Participe da campanha com textos, vídeos, fotos, poesias, ilustrações e qualquer outra expressão que vier na mente.

Publique em suas redes sociais o #nossalutacria e apresente factas, reflexões, inspirações do seu cotidiano como psicóloga e psicólogo compartilhando como e quando #nossalutacria.

NA BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA, O TEMA DAS DROGAS É TRANSVERSAL A TODAS QUESTÕES SOCIAIS

A articulação com os movimentos sociais é uma das principais ações da Subsede ao tratar da política de drogas, da redução de danos e da luta antimanicomial

Ilustrações: Sérgio Rossi

Ao serem questionadas sobre o contexto das políticas antimanicomial e de drogas na Baixada Santista e Vale do Ribeira, a resposta das integrantes da Comissão Gestora da Subsede foi unânime. O cenário está preocupante.

“Santos que foi pioneira na Reforma Psiquiátrica hoje vive um retorno à lógica manicomial”, observa a psicóloga Tayná Alencar de Souza, ao notar que se trata de um reflexo de uma política nacional que vem, já há alguns anos, disponibilizando recursos públicos do SUS (Sistema Único de Saúde) e do SUAS (Sistema

Único de Assistência Social) para Comunidades Terapêuticas (CTs).

Comunidades terapêuticas são centros voltados ao tratamento de usuárias/os de drogas, comumente relacionados a igrejas. A imposição da abstinência, o isolamento do convívio social, a localização de difícil acesso e o impedimento à livre saída são características frequentes dessas instituições. Um relatório foi divulgado em junho a respeito de inspeções realizadas em 28 CTs de 12 estados brasileiros pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O documento apontou práticas de tortura e de privação de liberdade.

Dos 23 municípios que compõem a região da Baixada Santista e Vale do Ribeira, muitos vivem operações repressivas voltadas à população em situação



de rua. “Tem alguns municípios que estão com a política higienista de jogar água nas pessoas, retirar os seus pertences. E muitas são internadas, de forma totalmente descontextualizada, em Comunidades Terapêuticas”, narra Tayná. De acordo com Mary Ueta, coordenadora da Subsede, as CTs têm se proliferado na região, estando a maior parte delas localizadas em Itanhaém e Peruíbe.

A psicóloga Daniella Stazack é servidora pública, especialista em saúde mental e subcoordenadora da Subsede. Para ela, “o que está acontecendo veladamente é o desmonte do SUS”. A falta de profissionais e de investimento por um lado, e o crescimento das terceirizações por outro, principalmente por meio das gestões de equipamentos sendo passadas para Organizações Sociais, são exemplos listados por Stazack para dar o tom do que se vive no momento.

Em relação ao fortalecimento de Comunidades Terapêuticas em detrimento de uma perspectiva pautada pela redução de danos, Annie Louise Prado – também integrante da Comissão Gestora da Subsede – destaca a preocupação em relação à contratação de psicólogas/os recém-formados. “Essas instituições contratam pessoas que precisam de um emprego assim que saem da universidade e que muitas vezes não têm, na formação, uma visão crítica desse

“A crítica à política de proibição das drogas tem a ver com a crítica a ideias moralistas, estigmatizadoras e de controle das pessoas”

Annie Louise

trabalho. Frequentemente na formação é reforçado um viés moralista e patologizante em relação às drogas. Muitas dessas pessoas acabam caindo em roubadas éticas muito sérias”, salienta Louise. “Apesar da situação preocupante”, aponta, “vejo um potencial grande por algumas características da região. E é essa resistência que fomentamos”.

No que diz respeito à atuação da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira no tema das drogas e da saúde mental, Annie Louise destaca três eixos.



Oficina reúne psicólogas/os e integrantes da Marcha da Maconha de Santos.

Foto: Marcela Mattos

O primeiro é a articulação com a rede de serviços: a participação em mecanismos de controle social e o contato com profissionais que atuam com a política de álcool e outras drogas. Outro eixo é o da orientação. “Fazemos principalmente por meio de eventos na Subsede, mas também em reuniões e até por meio de conversas quando fazemos a entrega das Carteiras de Identidade Profissional”, conta.

O terceiro eixo, um destaque da Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira, é a articulação com os movimentos sociais. Entre os principais parceiros estão a Frente de Luta Antimanicomial da Baixada Santista, o Fórum Popular de Saúde, o Fórum Regional de Trabalhadoras/es do SUAS (FortSuas – BS), a Marcha da Maconha de Santos, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), o Conselho de Serviço Social (CRESS) e alguns sindicatos.

A transversalidade dos temas

A atuação da Subsede, expõe Tayná Alencar, é moldada pelas demandas da categoria, de usuárias/os dos serviços e pela transversalização das pautas de drogas, redução de danos e luta antimanicomial. No ano passado, a Subsede recebeu queixas em relação ao atendimento dos serviços voltados à população em situação de rua. Assim, em parceria com o FortSuas, começaram a ser organizadas formações com profissionais da região que trabalham na rede de atenção a essa população. De novembro do ano passado para cá, já aconteceram seis encontros. “Conversamos sobre o uso de drogas, sobre o direito de ir, vir e permanecer, sobre o crescimento das internações nas CTs”, relata Tayná.

Os assuntos estão interligados. “A disseminação de um pânico moral em torno das drogas e em es-

pecial do crack tem a ver com política higienistas e a especulação imobiliária nas cidades. São várias disputas atravessadas”, constata Mary Ueta. “As drogas se tornam um subterfúgio para que se ataque populações vulneráveis”, critica.

O 18 de maio, além de ser o dia da luta antimanicomial é também dia de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. “Em São Vicente sentimos a necessidade de conversar com a Educação sobre essas duas pautas”, relata Tayná. Em articulação com o Conselho de Direitos da Criança, foi realizada uma atividade com professoras de toda a Rede Municipal de Ensino. “A luta antimanicomial era um tema novo para elas”, narra. As violências, a patologização de sofrimentos e a forma como o uso indiscriminado de medicamentos transforma questões sociais em questões puramente médicas foram alguns dos tópicos tratados na conversa.

“A questão das drogas é muito ampla e extrapola as drogas em si”, explica Annie Louise, que é também militante da luta antimanicomial. “A crítica que fazemos à política de proibição das drogas tem a ver também com a crítica à ideias moralistas, estigmatizadoras e de controle das pessoas. Por isso é importante estarmos, ao mesmo tempo, em várias frentes”, aponta.

A Lei de Drogas do Brasil (11.343/06) teve sua última mudança em 2006, quando usar drogas continuou sendo crime mas deixou de ter como pena a prisão, ao passo que tráfico teve a pena aumentada e passou a ser considerado crime hediondo. “Em 2016, dez anos depois da mudança da Lei de Drogas, levantamentos apontaram que saltou em 300% o índice de encarceramento por tráfico”, alega Mary Ueta. “A proibição das drogas alimenta essa lógica do encarceramento em massa”.

Na visão de Annie Louise, o debate sobre a política de drogas tem a ver com a saúde e a assistência social, mas não só. “Atuamos na micropolítica para intervir também na realidade mais ampla, entendendo que precisamos pulverizar outras ideias que inclusive vão além do debate de políticas públicas”, demonstra. “A perspectiva de cuidado que acreditamos não vai ser proporcionada por uma instituição total. Não passa por restrição de liberdade, por tratamento padronizado nem isolamento da pessoa em relação à sua comunidade, sua cultura e sua rede”, reforça Annie Louise: “Acreditamos na liberdade, no respeito. As pessoas, suas histórias e escolhas são diversas e elas, portanto, têm de ser acolhidas assim”.

V Congresso Brasileiro de Psicologia discutirá direitos sociais, avanços e desafios



O maior evento de Psicologia do país será em novembro, na Uninove de São Paulo, e deve reunir ao menos 10 mil pessoas

Entre os dias 14 e 18 de novembro São Paulo sediará a quinta edição do Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e profissão (CBP). Com o tema “Psicologia, direitos sociais e políticas públicas – avanços e desafios”, o chamado Congresso é o maior evento de Psicologia do país.

Esse grande encontro de psicólogas/os, professoras/es, pesquisadoras/es e estudantes é, na visão de Graça Gonçalves, importante para a “articulação da área profissional com a academia, da ciência com a profissão”. Essa interface, argumenta a psicóloga, professora da PUC-SP e membro da comissão científica do V CBP, “é fundamental para o desenvolvimento de uma Psicologia crítica e comprometida com ações relevantes para a realidade brasileira”.

Desde a sua primeira edição em 2002, o CBP se constrói, recorda a psicóloga e professora da UFSCar Monalisa Muniz, “a partir do diálogo e do fazer entre diferentes áreas do saber, como saúde, educação, ciências sociais e filosofia, entre outras”.

Foram criados três eixos temáticos que contemplam os principais temas a serem debatidos durante os cinco dias do evento, que será realizado na Uninove. O primeiro é “A Psicologia e a superação das desigualdades no acesso e qualidade da formação”. “Práticas profissionais da Psicologia em contextos sem muros” é o segundo eixo e, por último, “A Psicologia e os desafios da intersectorialidade nas políticas públicas”.

Como nas edições anteriores, a construção do V CBP está sendo organizada pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), que reúne

24 entidades do país, entre científicas, profissionais, sindicais e de estudantes. “Quanto ao número de participantes”, comemora Monalisa, “já em meados de julho estávamos com mais de 10 mil inscritas/os, e mais de 4 mil trabalhos aprovados!”

Direitos sociais e o cotidiano de psicólogas/os

Para Monalisa Muniz, o tema do V CBP dialoga diretamente com o dia a dia da categoria. “Tem tudo a ver, apesar de nem sempre a/o psicóloga/o perceber o quanto o ataque aos direitos sociais e a precarização das políticas públicas impactam no cotidiano de todas nós”, menciona. “O enfraquecimento do Estado de bem-estar social e a retirada de direitos têm exposto a grande maioria da população brasileira a situações de perigo e insegurança em todos os sentidos, inclusive alimentar, e, portanto, de grande sofrimento psíquico”, atesta Muniz.

Áreas como saúde mental e educação são algumas às quais, na avaliação de Monalisa, o trabalho de psicólogas/os tem sido diretamente prejudicado pelo “aumento da expressão do conservadorismo e da criminalização de movimentos”. Dessa forma, resume, “o tema a ser abordado não poderia ser mais oportuno para o enfrentamento das incertezas e desafios por quais passa a sociedade brasileira nos dias de hoje”.

Nesse contexto, complementa Graça Gonçalves, “o fortalecimento de espaços de encontro e produção coletiva, de reflexão e produção crítica como o CBP são fundamentais”: “É essa nossa aposta, de que esse grande encontro seja uma real possibilidade de fortalecimento da Psicologia comprometida com uma sociedade justa, democrática e igualitária”.

* Para mais informações sobre o V CBP, acesse: <http://www.cienciaeprofissao.com.br>



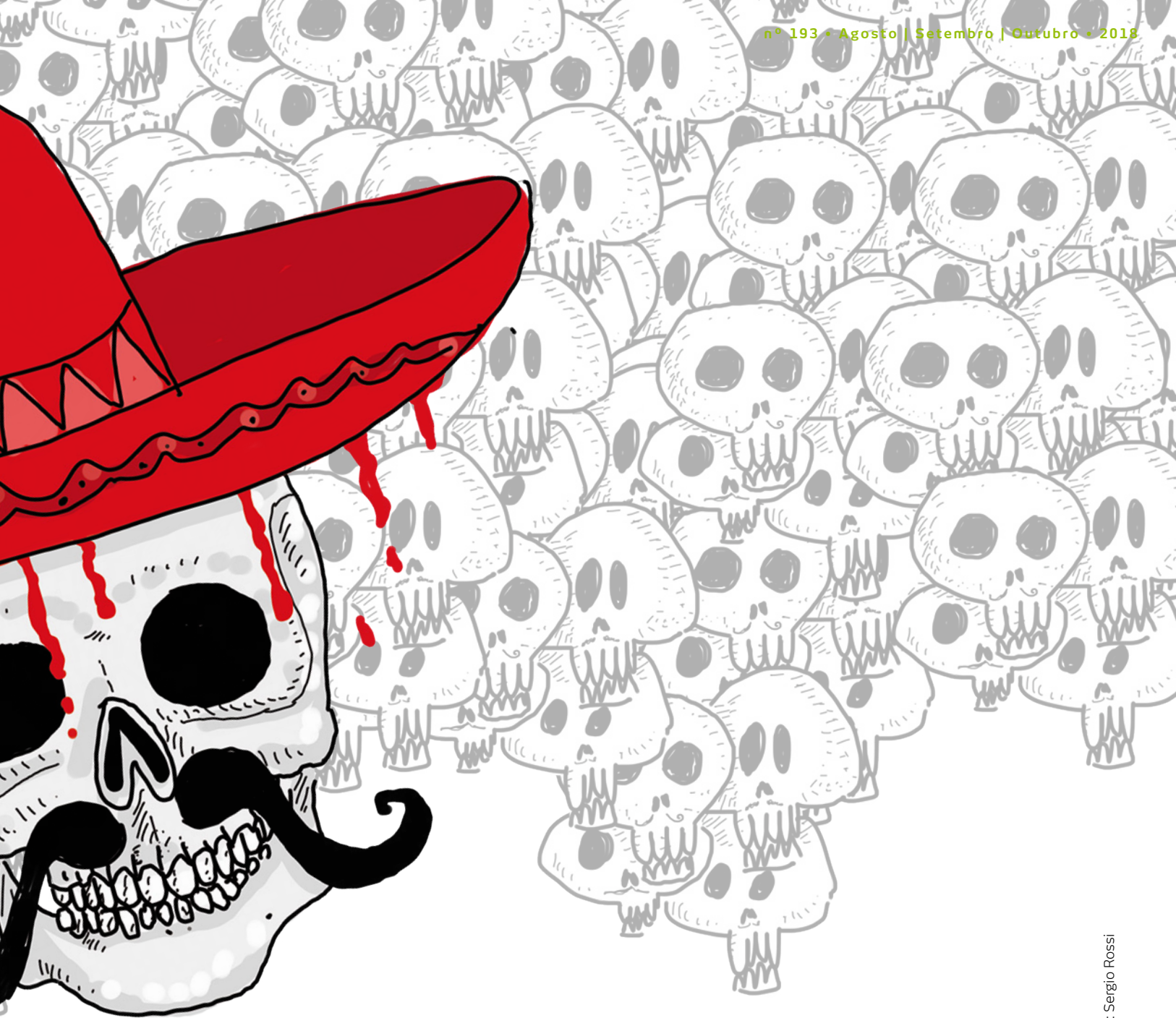
SAYAK VALENCIA: "A MASCULINIDADE ESTÁ IMPLICADA COM A CONSTRUÇÃO ESTATAL DA IDENTIDADE MEXICANA"

A violência e a produção de subjetividades capitalísticas são alguns dos temas abordados na entrevista concedida pela filósofa e teórica crítica mexicana

Escritora, filósofa, ativista e transfeminista, a mexicana Sayak Valencia foi uma das palestrantes internacionais do VII Congresso Latino-americano de Psicologia que aconteceu no final de julho na Costa Rica. Doutora em Filosofia, Teoria e Crítica Feminista pela Universidade Complutense de Madrid, Valencia nasceu em Tijuana: a última fronteira da América Latina.

Sayak Valencia é autora do livro "Capitalismo Gore – control económico, violencia y narcopoder". Partin-

do da noção de necropolítica do camaronês Achille Mbembe, Valencia analisa, com um recorte de gênero, a realidade específica da violência extrema que se vive no México no contexto da guerra às drogas, com a produção de masculinidades que se relacionam com uma identidade nacional e com a virilidade de um narco-Estado. Em entrevista exclusiva ao *Jornal Psi*, Sayak Valencia explica suas reflexões e reforça a potência da Psicologia latino-americana.



Em que consiste o "capitalismo gore"?

O termo faz referência a uma reinterpretação da forma como age a economia hegemônica e global nos espaços de fronteira ou nos países que já foram colônia. Ali é onde se lucra mais visivelmente com os processos de fazer morrer. No nosso caso nos centramos nas fronteiras localizadas entre o México e os Estados Unidos e nos países latino-americanos. Tomamos o termo "gore" emprestado de um gênero de filme B, que enuncia uma violência extrema e sangrenta. Então, capitalismo gore se refere ao derramamento de sangue explícito e injustificado, ao preço que se paga pelo Terceiro Mundo se agarrar à lógica do capitalismo neoliberal. Essa lógica é cada vez mais exigente no que diz respeito ao hiperconsumo, à altíssima porcentagem de vísceras e desmembramento humanos, frequentemente mesclados com o crime

organizado, a violência espetacular, a divisão binária de gênero e os usos predatórios dos corpos.

Você afirma que o capitalismo gore é um fenômeno econômico e não moral. O que você está querendo dizer com isso?

Tento esclarecer que os fenômenos de violência nas nossas sociedades latino-americanas – mas não só – estão, em muitos casos, vinculados com a economia e a produção de desigualdade. Me oponho ao pensamento que tende a moralizar a violência, mantendo uma lógica colonial de separação social entre "os bons" e "os maus", ou seja, entre os sujeitos moralmente respeitáveis (normalmente brancos, burgueses, religiosos e heterossexuais) e os outros (racializados, empobrecidos e feminizados) que são considerados violentos e irrefreáveis. Frequentemen-

te a argumentação dicotômica responsabiliza unicamente os executores individuais da violência e tende a ocultar as responsabilidades políticas, culturais e de gênero impostas pelo neoliberalismo contemporâneo e a sua rentabilidade da violência.

A necropolítica – gestão da governabilidade por meio da morte – é um termo que tem ganhado mais espaço recentemente. Como você vê e entende a necropolítica? De que forma a violência aparece atualmente na América Latina como uma mercadoria e uma ferramenta de poder?

Tomo o termo necropolítica do teórico camaronês Achille Mbembe, que o define como: o tipo de política que se entende como o trabalho da morte, produzindo um mundo no qual se acaba com o limite da morte. Parto da definição de Mbembe sobre necropolítica para definir o estado colonial contínuo no qual a violência contra os corpos se transforma em uma ferramenta muito efetiva e radical de gestão das populações dos países que já foram colônia. No entanto, me parece importante expandir os alcances do termo para além da raça e da classe, abordando também a governabilidade dos corpos feminizados e daqueles que encarnam gêneros e sexualidade dissidentes, e que, portanto, são vistos no imaginário social como aberrações que podem/devem ser tomadas como inimigos a serem eliminados bruta e violentamente.

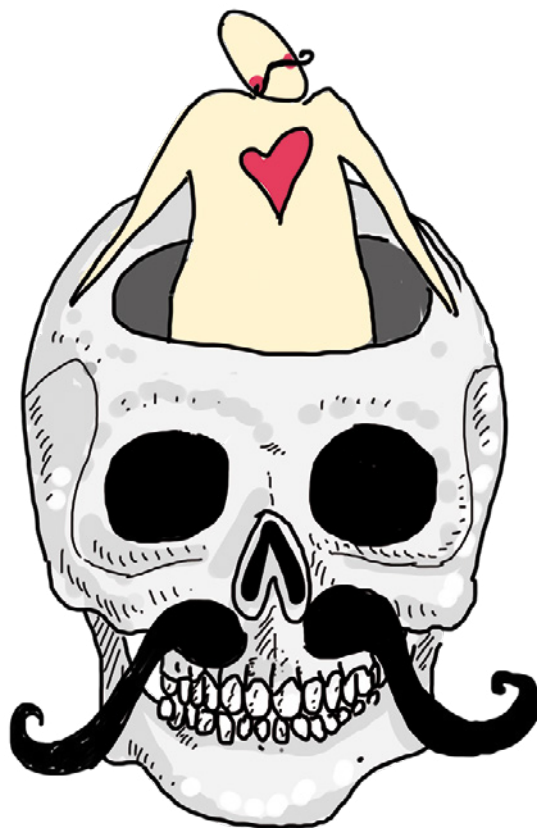
Nesse sentido, proponho a necropolítica como a gestão e a lucratividade dos processos de morte no qual o Estado mexicano está altamente vinculado com o machismo e o necropatriarcado, representados pelo crime organizado e também pela máquina feminicida, cujo poder se expande entre classes, raças e gerações e desemboca regularmente contra os corpos feminizados, de gênero diverso, sexo-dissidentes, racializados, pobres, contestatórios e/ou precários.

Qual é a relação entre a guerra às drogas e a construção do que você chama de masculinidade estatal?

Faço essa relação pensando no México. Talvez ela possa se extrapolar para outros territórios, mas insisto em situar o contexto mexicano porque é a realidade que eu melhor conheço e porque como transfeminista me interessa produzir reflexões a partir do conhecimento situado. No México, o modelo de masculinidade autoritária, agressiva, heterossexual, provedora, valente, com corpos rudes e capazes, etc.

– que poderia ser entendida como hegemônica – se relaciona com a identidade nacional.

Sobre isso Carlos Monsiváis nos diz que o termo *macho* está altamente implicado com a construção estatal da identidade mexicana. O termo se expande no México depois das lutas revolucionárias, como símbolo de identidade nacional. Durante esse período o termo *machismo* se associava com as classes cam-



pesina e trabalhadora, já que na incipiente configuração da Nação mexicana, o *macho* veio a ser uma expressão de qualidade do conceito de homem, que mais tarde se naturalizaria artificialmente como uma herança social nacional e que já não se circunscreveria somente às classes subalternas.

O projeto de nação no México exaltou (e segue exaltando) os valores machistas, sobretudo os que defendem a todo custo a misoginia e a homofobia para se relacionar com o Estado com uma espécie de virilidade nacional.

Por isso, diante da conjuntura atual do México e o seu desmoronamento estatal, é necessário visibilizar as conexões entre o Estado e a classe criminal, já que

ambos mantêm uma masculinidade violenta relacionada à construção do nacional. Isso tem implicações políticas, econômicas, sociais e está cobrando na atualidade um alto número de vidas humanas, dada a lógica masculinista do desafio e da luta pelo poder que, para se manter, legitima a classe criminal como sujeitos de plenos direitos na execução da violência.

O que é a subjetividade capitalística?

Entendemos como subjetividade capitalística aquela produzida dentro dos marcos do capitalismo global. Citando Guatarri e Rolnik, me refiro a uma subjetividade filtrada pela conexão direta das grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo, performando todas as dimensões do viver, incluindo os afetos. Incorporamos a terminação *ística* denotando que, evidentemente, nem todos os sujeitos da contemporaneidade são donos dos meios de produção; no entanto performam uma coreografia social capitalística. Ou seja, têm uma performance que produz sentido de atribuição através da identificação com a ordem capitalista, por meio da assimilação massiva das normas e valores hiperconsumistas e o desejo de pertencimento mediante a homogeneização das subjetividades.

A que você se refere quando diz que se considera transfeminista?

A perspectiva transfeminista não se reduz à incorporação do discurso transgênero ao feminismo, nem se propõe a ser uma superação dos feminismos. É uma rede que considera o trânsito, a migração, a miscigenação, a vulnerabilidade, a raça, a classe e o gênero e os articula com a memória histórica dos movimentos sociais de insurreição. Assim, o transfeminismo se propõe a abrir espaços e campos discursivos a todas aquelas práticas e sujeitos da atualidade e aqueles minoritários que não são considerados de maneira direta pelo feminismo hétero-branco-biológico e institucional. Falo daqueles sujeitos que são deixados de fora ou que são energeticamente distinguidos da reconversão neoliberal dos aparatos críticos dos feminismos, conhecidos hoje como políticas de gênero ou "políticas femininas". São políticas públicas de espoliação, que reduzem a luta política dos feminismos aos temas e diretrizes de um feminismo eminentemente de mulheres, pragmático e reformista, que é,

nas palavras de Valeria Flores, convertido em presa da máquina estatal e da sua linguagem técnico-administrativa.

Diante desse cenário, o transfeminismo tem como principal objetivo repolitizar e des-essencializar os movimentos feministas, em reação ao discurso governamental e das ONG's, que usam como estratégia de desativação política a captura e a padronização da linguagem dos feminismos, reduzindo-os a uma espécie de crítica ortopédica que é reapropriada pelos circuitos de mercado e pelo Estado.

De que forma a Psicologia latino-americana pode contribuir para a constituição de subjetividades não capitalísticas?

Acredito que a Psicologia latino-americana tem um grande potencial para construir outras arquiteturas da psique, que não passem por repetir as lógicas da modernidade colonial que nos trouxe a essa destruição intensa que é o neoliberalismo contemporâneo, cujo principal triunfo é a produção de subjetividades para o capital.

Vejo que a Psicologia dos nossos países tem a capacidade de ver os dois lados das coisas. Por um lado, compreende o discurso eurocêntrico (do qual é herdeira, como disciplina do século XIX). Por outro lado, nossas realidades do Sul nos dão a oportunidade de contrastar esse discurso com os contextos que nos rodeiam e permitem ter uma perspectiva mais complexa, menos idealizada e, claro, mais transformadora.



O VÍNCULO É FUNDAMENTAL NA LIDA COM JOVENS

A psicóloga Vanessa Alves compartilha a experiência do trabalho com crianças e adolescentes que esperam para serem adotadas/os

A garota de doze anos segurava um ferro quente de passar roupa ameaçando quem se aproximasse. Vanessa Machado Alves, psicóloga especialista em políticas públicas com atuação na área da defesa de direitos de crianças e adolescentes, estava na época iniciando o seu trabalho no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) de São Mateus. Por meia hora a situação de conflito ficou instalada e a garota lhe fazia questionamentos de ordem emocional.

“Depois de tentativas incessantes, consegui tirar o ferro da mão dela e nos sentamos. Eu disse que ela não precisava ter esse tipo de comportamento, que as coisas podiam ser diferentes”, relata Vanessa. A menina, já mais calma, falou “Não vai ser diferente, tia. Todo mundo que me disse isso saiu da minha vida, tudo promessa vazia. Eu não tenho nada a perder”. Vanessa por instantes ficou sem palavras. A garota, assim como seus dois irmãos, vivia no SAICA a espera de uma adoção. “Agora vai ser diferente”, respondeu a psicóloga. “Foi o início de uma relação muito bonita que eu construí com ela. A convivência com essa adolescente foi uma experiência única na minha vida”, narra Vanessa. A menina não foi adotada e Vanessa fez, anos depois, o seu desacolhimento por maioridade.



Segundo o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça, há cerca de 7,2 mil crianças aptas para adoção no Brasil. Quase todas/os interessadas/os em adotar buscam recém nascidas/os ou crianças pequenas. Adolescentes praticamente não tem pretendentes. Das 1226 adoções registradas pelo Cadastro Nacional em 2016, apenas 13 eram adolescentes entre 15 e 17 anos.

Vanessa Alves foi gestora do SAICA na região de São Mateus entre 2008 e 2015 e atualmente faz supervisão técnica. Os desafios e dilemas do trabalho de lidar com essas crianças e adolescentes estão ligados, em sua vivência, à tentativa de suprir ou reduzir os impactos da ausência de uma família.

“Me refiro especificamente às questões de segurança e de confiança. A própria valorização da vida por parte desses jovens é frágil”, constata, ao refletir

sobre o impacto do sentimento de não valorização por parte do outro. “A maioria de nós sente essa valorização num primeiro momento a partir do lugar que ocupamos na família. Não ter isso, no caso dessas crianças e adolescentes, impacta a própria valorização da vida, a constituição da identidade e a estrutura emocional”, avalia. Por isso o maior dilema, para Vanessa, é esse: “Mostrar, com os recursos que temos, o quanto eles devem valorizar suas próprias vidas”.

Apesar dos avanços legislativos e de uma progressiva efetivação e compreensão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Vanessa acredita que o cenário dos serviços de acolhimento está aquém do ideal. Perde-se muito tempo com questões burocráticas e administrativas para efetivar uma adoção no Brasil. “Enquanto isso a criança ou o adolescente vão crescendo e perdem a oportunidade de conviver no seio de uma família”, observa.

Além disso, e seu lugar como supervisora a permitiu ter um olhar ainda mais amplo, enquanto há organizações que entendem a execução dos serviços de acolhimento de forma a respeitar a criança e o adolescente como sujeito de direitos, há outras que fazem o atendimento de forma precária. “Não existe um cuidado por parte do poder executivo e judiciário no sentido de fiscalizar esse trabalho a ponto de evitar coisas graves que ainda acontecem em serviços de acolhimento”, critica Vanessa. “Isso me preocupa porque crianças e adolescentes muitas vezes sofrem violações de direitos dentro de uma medida protetiva de alta complexidade”.

Pensando no trabalho da/o psicóloga/o dentro do serviço de acolhimento, algo que a sua trajetória lhe fez perceber é a forma como as graduações em Psicologia raramente preparam a/o profissional para trabalhar na Assistência Social. “Existe uma tendência de tentar fazer um trabalho terapêutico e clínico dentro desses serviços, mas isso não é viável porque as especificidades do trabalho são de outra natureza, são de construção de vínculo”, explica Alves, para quem o campo de atuação da assistência é ainda novo para psicólogas/os.

Por outro lado, há aspectos que favorecem o trabalho de quem é da Psicologia. “A gente consegue olhar para as situações de um lugar bastante humanizado e o vínculo se torna a nossa melhor ferramenta no dia a dia com as crianças e os adolescentes. É um

desafio, mas um desafio extremamente gratificante”, resume. “Intenso e estressante”, qualifica Vanessa Alves, mas também “fantástico”: “Sempre me senti modificada pela convivência com eles”.

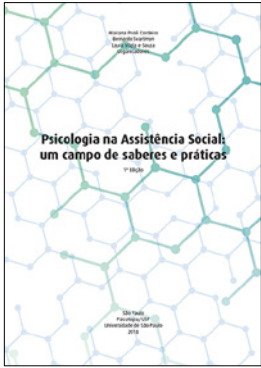
A construção de vínculos familiares e comunitários, tão importantes na visão de Vanessa no trabalho em serviços de acolhimento, é facilitada pelas ferramentas dadas pela formação em Psicologia. “O trabalho com a comunidade é fundamental, pois muitas vezes certo desconhecimento por parte, por exemplo, de unidades escolares ou serviços de saúde ao redor trazem preconceitos que aparecem na lida dessas instituições com as crianças e os adolescentes” expõe.

A maior satisfação de Vanessa Alves é ver atualmente as crianças que atendeu no SAICA, todos maiores de idade, cada uma a seu modo constituindo sua vida. “Apesar de não terem tido uma família de origem e de muitos não terem sido adotados, hoje quase todos estão constituindo suas próprias famílias. Muitos casados e, apesar de novinhos, com filhos”, se alegra.

“É uma experiência enriquecedora conviver com essas crianças e adolescentes: **elas/es me tornaram uma pessoa melhor**”.



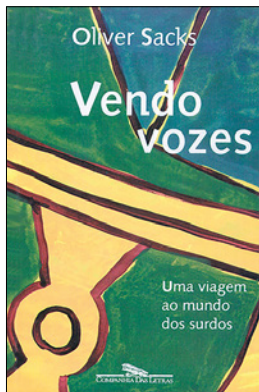
Foto: Arquivo pessoal



Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas

Os desafios, os conflitos e as conquistas da entrada da Psicologia na política de Assistência Social são o foco do livro organizado por Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman e Laura Vilela e Souza. Desde a implementação do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 o número de psicólogas/os atuando nessa área só aumenta. Disponível na internet, a publicação coloca em diálogo diferentes perspectivas teóricas e práticas que têm em comum uma postura engajada em defesa do SUAS. Acesse: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/212>.



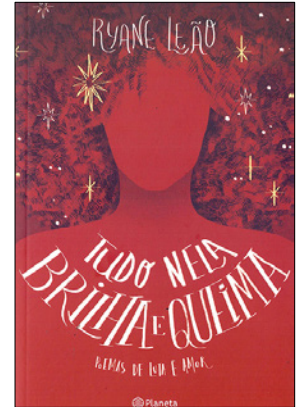
Uma viagem ao mundo dos surdos

“O que denominamos nossa humanidade dependerá parcialmente da linguagem? O que acontece conosco se não aprendermos língua alguma? A linguagem desenvolve-se de um modo espontâneo e natural ou requer contato

com outros seres humanos?” Numa fascinante incursão pelo universo dos surdos, Oliver Sacks procura responder a questões como essas. Sua preocupação não é simplesmente apresentar ao leitor a condição daqueles que não conseguem ouvir. Acompanhando a história, os dramas e as lutas dessas pessoas, o leitor será levado a olhar para o seu próprio cotidiano de um modo inteiramente novo.

A outra história do mundo

Um vilarejo uruguaio em plena ditadura militar. O novo filme do cineasta Guillermo Casanova se passa em 1983, quando dois amigos de meia idade, de forma contestatária, criativa e bem-humorada, resolvem se rebelar contra as normas instauradas pelo novo coronel local. A trama é uma adaptação, quase em tom de fábula, do livro “Alívio de luto”, do também uruguaio Mario Delgado Aparain.

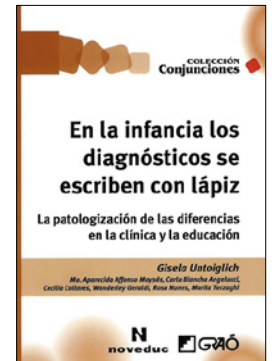


Tudo nela brilha e queima

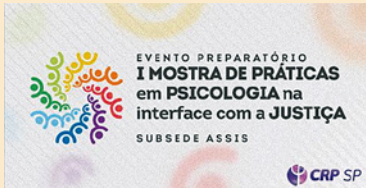
Ryane Leão, criadora da página “Onde jazz meu coração” (com mais de 150 mil seguidores), faz a sua estreia em livro, cujo subtítulo é “Poemas de luta e amor”. “A poesia é minha chance de ser eu mesma diante de um mundo que tanto me silencia”, afirmou. Mulher negra, poeta e professora, Leão relatou em entrevistas que o livro publicado pela editora Planeta fala de amor, desapego, cidades que nos atravessam, socos no estômago que a vida dá, transições, tropeços, partidas, pés firmes que insistem em voar “e tudo isso que é maluco e lindo e nos faz ser quem somos.”

En la infancia los diagnósticos se escriben con lápiz: la patologización de las diferencias en la clínica y la educación

Com textos em espanhol de autoras/es da Argentina, do Brasil e de Portugal, o livro desconstrói mitos da ciência moderna e analisa de forma crítica os sofrimentos contemporâneos e uma clínica que tem se tornado mais burocrática e menos humanizada. No sentido contrário da lógica de medicalização e patologização da infância, o livro organizado por Gisela Untoiglich aprofunda reflexões e propostas de abordagens clínicas e educacionais que possibilitem outros modos de pensar a relação e a intervenção com crianças que manifestam formas diversas de sofrimento, assim como o trabalho com suas famílias, escolas e comunidade.



MURAL



1ª Mostra de Práticas em Psicologia na Interface com a Justiça

Nos dias 19 e 20 de outubro, o evento impulsionado pelo Núcleo de Justiça do CRP-SP acontecerá de forma gratuita no Largo São Francisco. Com condições de vida cada vez mais precárias, tem se tornado comum a judicialização das questões sociais. É fundamental que as/os psicólogas/os compreendam essa conjuntura e assumam o compromisso social que uma profissão garantidora de direitos humanos exige, partindo de uma análise crítica do funcionamento societário e do sistema de Justiça. É histórica a interface da Psicologia com o sistema de Justiça e essa atuação tem se tornado cada vez mais ampla, junto ao Sistema Prisional, Defensoria Pública, o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Segurança Pública, SUAS, Sistema Socioeducativo, SUS e outros, muitas vezes de forma bastante isolada. O evento convida todas/os para conhecer as práticas e a história dessa interface, pensando coletivamente nas urgências das atuações futuras.

A Psicologia no enfrentamento à violência de Estado: construindo redes de proteção e resistência nos territórios



Da parceria entre o CRP-SP e a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio foi organizado esse seminário que aconteceu durante todo o dia de 18 de agosto, na sede Conselho. Como agir em um contexto de genocídios? Que dispositivos e práticas estão sendo praticados por psicólogas/os e pela sociedade que estejam tecendo redes de proteção e resistência nos territórios? Para refletir sobre essas perguntas, o seminário contou com a presença, entre outras/os convidada/os, de Katiara Oliveira da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio e do Kilombagem; da psicóloga e ativista Marisa Feffermann e da professora do Instituto de Psicologia da USP, Miriam Debieux. Mandacaru, CRAVI, Margens Clínicas, Coletivo de Terapeutas Solidários, Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae, Grupo Veredas: Imigração e Psicanálise e Roda Terapêutica das Pretas foram alguns dos coletivos que também participaram do evento. No final da tarde, depois da sistematização dos trabalhos e levantamentos de desafios para a construção de uma rede de cuidados nos territórios, o seminário foi encerrado com a participação do Jongo Preta Bandêra.

Dia da/o psicóloga/o

No âmbito da campanha lançada pelo CRP-SP, o dia 27 de agosto é comemorado com atividades, debates e intervenções artísticas na sede da região metropolitana e também nas Subsedes do Conselho. Ao completar 56 anos como profissão regulamentada no Brasil, a Psicologia se observa, se critica, se fortalece e compartilha experiências. "A nossa luta cria – enfrentar as desigualdades e defender a democracia: um dever ético para a Psicologia".

PRÊMIO PROFISSIONAL:

Avaliação Psicológica em
Pessoas com Deficiência

Os trabalhos deverão ser enviados até o dia **20 de setembro de 2018** e estão divididos em duas categorias:

**Categoria
Profissional**

Trabalho Individual



**Categoria
Profissional**

Trabalho em equipe
(até quatro autores)



Os prêmios são de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 e ampla divulgação no site e nas redes sociais do CFP.

A premiação será realizada no **V Congresso Brasileiro de Psicologia** (CBP), em São Paulo, de 14 a 18 de novembro de 2018.

www2.cfp.org.br/premio/avaliacaopsicologica

Organização:



Apoio:

